

Empresários paulistas querem presidencialismo e 5 anos

SÃO PAULO — O Fórum informal, que reúne empresários de diversos setores econômicos de São Paulo, divulgou documento contra a adoção do parlamentarismo e a realização de eleição para presidente da República, este ano. Oito integrantes da entidade estiveram reunidos ontem à noite e, segundo o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi, porta-voz do grupo, a posição deles tem sua justificativa no "emocionalismo" das votações da Constituinte, citado um dia antes pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, ao receber o ministro da Habitação, Prisco Viana. Amato participou da reunião do Fórum.

Na reunião também esteve o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, que ontem reclamou de aparecer como signatário do documento, pois ele foi o único a defender o parlamentarismo e as eleições ainda em 88. Assim, os sete signatários do documento são Mário Amato, Romeu Trussardi; o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes; o presidente da Federação das Empresas de Transporte do Sul e Centro-Oeste do Brasil, Benedito Dario Ferraz; o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio Salles Meirelles; e o presidente do Sindicato dos Bancos de São Paulo, Paulo Queiroz.

Consulta — O direito de voto a partir de 16 anos, aprovado pela Constituinte, poderá levar cerca de cinco milhões de votos novos para os partidos de esquerda, calculou um dos participantes da reunião de empresários. Ao mesmo tempo, a estratégia que vem sendo adotada pelos parlamentares, de transferir para a votação das leis ordinárias a maior parte dos temas polêmicos e que não conseguem ser definidos na esfera da Constituinte,

também está levando os empresários a querer eleições apenas em 1989.

O empresário descontente com a aprovação do direito de voto a partir dos 16 anos avalia que, ao final da Constituinte, ainda deverão sobrar para serem votados nas leis ordinárias cerca de 50% dos temas que foram levantados nos últimos meses.

Foi levando em conta essa situação que o Fórum decidiu divulgar um documento esclarecendo que "a transição só estará completada após a votação das leis complementares," e que "não seria, portanto, conveniente a realização de novas eleições sem que uma legislação adequada esteja em vigor, sob o risco de vivermos um indesejável período de anomia" (ausência de normas).

O documento alerta ainda que "a mudança do sistema de governo deveria ser objeto de uma ampla consulta popular, uma vez que nas eleições passadas essa questão nunca esteve em pauta nas plataformas dos candidatos a deputados e senadores, o que impediu que o assunto fosse convenientemente discutido com a sociedade".

Romeu Trussardi disse que "durante o período de acabamento da Constituição seria importante, ou melhor, aconselhável, que não se modificasse o sistema de governo nem houvesse antecipação das eleições". Trussardi defendeu que definição sobre esses dois pontos deveria ser deixada para após a finalização da Constituinte e das leis ordinárias que a complementarão.

"Na prática o que queremos é o presidencialismo e cinco anos para o Sarney", acentuou Trussardi. Essa afirmação foi porém suavizada por Abram Sijman, que disse que "se a Constituição e as leis ordinárias forem votadas rapidamente, serão até possíveis eleições presidenciais este ano".

Consulta em Minas dá 92% por 4 anos

BELO HORIZONTE — O presidente da Seção Mineira da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Jair Leonardo Lopes, vai entregar hoje ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o resultado de um plebiscito realizado por nove entidades civis mineiras. Lopes revelou ontem que 92% das 6.030 pessoas consultadas são favoráveis aos quatro anos de mandato para o presidente Sarney.

O plebiscito durou 11 dias e foi iniciado no dia 4, "Dia Nacional da Advertência", como primeira atividade do comitê mineiro em defesa das eleições diretas este ano, criado por iniciativa da OAB-MG. Dos 6 mil 300 votos, 5 mil 571 foram dados aos quatro e apenas 459 para os cinco anos.

O resultado do plebiscito confirmou a expectativa dos integrantes do comitê, que na primeira reunião, há 13 dias, redigiram um documento, enviado a Ulysses Guimarães e aos líderes dos partidos com representação na Constituinte, conclamando o povo para a luta pelas eleições diretas e os constituintes para assegurá-las ainda este ano.

Jair Leonardo Lopes, que vai se reunir em Brasília com os presidentes das demais regionais da OAB para avaliar a campanha pelas diretas em todo o país, vai tentar acertar com o presidente do Conselho Federal da entidade, Márcio Tomás Bastos, um debate na próxima semana, em Belo Horizonte, com representantes dos partidos políticos.

— Um debate amplo será importante para o futuro do comitê, pois vai possibilitar o nosso posicionamento diante da sociedade civil, que passará a conhecer nossos argumentos em favor das eleições diretas este ano — explicou o secretário-geral da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, Mário Lúcio Quintão, que também integra o comitê mineiro.

Planalto diz que eleição piora crise

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto intensificou nos últimos dias as pressões sobre a Constituinte para aprovar o sistema presidencialista de governo e cinco anos de mandato para o presidente Sarney. O próprio Sarney disse, nas conversas que manteve com os parlamentares — segundo relato de três constituintes que estiveram com ele nas últimas 48 horas —, que se forem aprovadas eleições presidenciais este ano, o país poderá não resistir à crise institucional. Segundo ele, a inflação poderá chegar a um índice intolerável, pois não terá tempo de colocar em prática um plano para salvar a economia.

Sarney tem sido ajudado por governadores de estado e empresários nas pressões contra os constituintes.

O governador Newton Cardoso, de Minas, por exemplo, reuniu de sexta para sábado os deputados Maurício Pádua, Roberto Brant e Leopoldo Bessone — parlamentaristas e partidários dos quatro — para oferecer-lhes, segundo testemunhos, secretarias de estado em troca do voto presidencialista e pelos cinco anos.

— De fato, estive com o governador, jantei com ele e realmente ele fez ponderações pelos cinco anos — diz Roberto Brant. — Mas com a maior delicadeza. Não pressionou. Muito menos ofereceu qualquer coisa. De minha parte, informei ao governador que votarei parlamentarismo com quatro anos.

O deputado Leopoldo Bessone é ainda mais evasivo: "Conversamos sobre generalidades. Essa questão do mandato nem foi tocada".

A pressão do Palácio tem assustado o deputado Victor Faccioni (PDS-RS), parlamentarista por quatro anos. "Até há pouco tempo, entre os 35 integrantes de nossa bancada, 85% eram parlamentaristas e votariam pelos quatro anos; agora, a situação inverteu-se completamente: 75% da

bancada passaram a ser presidencialistas e vão votar pelos cinco anos", diz.

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), conversou no último sábado com o deputado Alisson Paulinelli (PFL-MG), presidente da Confederação Nacional da Agricultura, com o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos, e com o presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Amauri Temporal. Ouviu dos três que o empresariado aceita o parlamentarismo com cinco anos para o presidente Sarney. Mas exige que a decisão somente seja tomada depois de um amplo acordo, com a participação do próprio Sarney.

Mas o acordo está difícil. Outro deputado, ligado ao setor empresarial, acrescenta que, para isso, a Constituinte terá de recuar em alguns pontos já aprovados — como, por exemplo, a jornada de seis horas quando a empresa trabalha em turno ininterrupto, e a revisão na lei de greve.



Trussardi

Amato

Azevedo